AVISO LEGAL E RESPONSABILIDADE



LEIA ATENTAMENTE ANTES DE UTILIZAR ESTE MANUAL

1. Natureza da Obra

Esta obra tem caráter exclusivamente educacional, informativo e orientativo, destinada a fornecer conhecimento técnico sobre engenharia de prompts e uso de inteligência artificial generativa aplicada ao Direito brasileiro.

2. Não Substitui Assessoria Jurídica

Este livro NÃO substitui a assessoria jurídica especializada, a consulta a profissionais habilitados, a leitura da legislação vigente ou a verificação de jurisprudência atualizada. As informações aqui contidas são de caráter geral e não consideram as particularidades de cada caso concreto.

3. Responsabilidade Exclusiva do Usuário

O uso das técnicas, prompts, modelos e orientações aqui apresentados é de inteira e exclusiva responsabilidade do usuário. O autor NÃO se responsabiliza por:

- Decisões judiciais desfavoráveis;
- Multas processuais aplicadas por uso inadequado de IA;
- Sanções disciplinares perante a OAB;
- Prejuízos materiais ou morais decorrentes do uso ou má interpretação do conteúdo;
- Erros, omissões ou "alucinações" geradas por ferramentas de IA;
- Inobservância de prazos processuais;
- Violação de sigilo profissional ou da LGPD;
- Qualquer outro dano ou prejuízo direto ou indireto.

4. Atualização das Informações

O Direito brasileiro é dinâmico. Leis, súmulas, jurisprudência e resoluções são constantemente alteradas. O autor NÃO garante que as informações contidas nesta obra estejam atualizadas no momento da leitura ou aplicação. O usuário deve sempre consultar as fontes oficiais e verificar a vigência dos dispositivos legais mencionados.

5. Ferramentas de IA

As ferramentas de inteligência artificial mencionadas (ChatGPT, Claude, Gemini, entre outras) são de propriedade de terceiros. O autor NÃO é responsável por falhas, alterações, descontinuação ou quaisquer problemas relacionados a essas ferramentas.

6. Isenção de Garantia

Esta obra é fornecida "NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRA" (AS IS), sem garantias de qualquer tipo, expressas ou implícitas, quanto à precisão, completude, atualidade ou adequação a qualquer finalidade específica.

7. Direitos de Propriedade Intelectual

Todos os direitos de propriedade intelectual relativos a esta obra pertencem ao autor. O uso não autorizado, a reprodução total ou parcial, a distribuição, a comercialização ou a criação de obras derivadas sem a devida autorização constitui violação dos direitos autorais, sujeitando o infrator às penalidades civis e criminais previstas na Lei nº 9.610/1998 (Lei de Direitos Autorais).

8. Legislação Aplicável e Foro

Este aviso legal é regido pelas leis da República Federativa do Brasil. Fica eleito o foro da Comarca de [CIDADE/ESTADO] para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes desta obra, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9. Aceitação dos Termos

Ao adquirir, ler, utilizar ou compartilhar esta obra, o usuário declara ter lido, compreendido e aceitado integralmente os termos deste aviso legal.

Sobre o Autor

CÉSAR AUGUSTO LIAGI

- Economista – com sólida formação em ciências econômicas e análise de mercados, estruturas financeiras e políticas públicas.
- Contador – com ampla experiência em gestão fiscal, tributária, contábil e perícia contábil.
- Auditor e Perito – atuação em auditoria independente, perícia judicial e extrajudicial, com expertise em análise de demonstrações financeiras, fraudes e avaliação patrimonial.
- Pós-Graduado em Administração Pública – com foco em gestão governamental, licitações, contratos administrativos e controle externo.
- Pós-Graduado em Direito Constitucional – com aprofundamento em direitos fundamentais, controle de constitucionalidade e hermenêutica constitucional.
- Pós-Graduado em Psicanálise – com abordagem interdisciplinar voltada à compreensão do comportamento humano, tomada de decisão e dinâmicas psicológicas no ambiente profissional.
- Pós-Graduado em Contabilidade, Auditoria e Perícia – com domínio de técnicas avançadas de investigação contábil, auditoria forense e produção de laudos periciais.

Atuação Profissional

Com vasta experiência nas esferas pública e privada, César Augusto Liagi atuou em cargos de gestão, assessoria, perícia e auditoria, desenvolvendo competências em:

- Administração pública e gestão de políticas públicas;
- Planejamento e controle financeiro e orçamentário;

- Auditoria governamental e controle interno;
- Perícia judicial e extrajudicial;
- Consultoria empresarial e tributária;
- Análise de riscos e compliance.

Autor

É autor de livros e artigos nas áreas de economia, contabilidade, administração pública, direito e tecnologia, com publicações e artigos que abordam temas como:

- Gestão pública e transparência;
- Controladoria e auditoria;
- Direito constitucional e administração pública;
- Inteligência artificial aplicada à gestão e ao direito;
- Inovação tecnológica e transformação digital.

Entusiasta da Tecnologia e Inovação

Atualmente, César Augusto Liagi é estudante de Ciências da Computação, em constante busca por compreender os avanços tecnológicos, algoritmos, inteligência artificial, ciência de dados e suas aplicações práticas no mundo real. Entusiasta da revolução digital, acredita que a tecnologia é ferramenta essencial para a evolução da administração, do direito e da sociedade.

Visão e Propósito

Sua trajetória interdisciplinar — que transita pela economia, contabilidade, direito, administração, psicanálise, auditoria e tecnologia — permite-lhe uma visão holística e inovadora dos desafios contemporâneos. Acredita que a convergência entre o conhecimento humano e a inteligência artificial é o caminho para uma sociedade mais eficiente, justa e transparente.

Dedicatória

A todos os profissionais do Direito que, com coragem e responsabilidade, abraçam a inovação tecnológica para melhor servir à justiça — sem jamais abrir mão da ética, da técnica e da humanidade.

À minha esposa, Daniele, que traz luz diária em todos os meus dias e me faz sentir o melhor da vida.

Agradecimentos

Ao Poder Judiciário brasileiro e ao Conselho Nacional de Justiça, pela vanguarda na regulamentação do uso da inteligência artificial no sistema de justiça.

À Ordem dos Advogados do Brasil, pela orientação ética e pela Recomendação 001/2024, que baliza o uso responsável da IA na advocacia.

A todos os colegas advogados, juízes, promotores, defensores, procuradores e servidores que, no dia a dia, enfrentam o desafio de conciliar a tradição jurídica com a velocidade da inovação.

Aos desenvolvedores, engenheiros de prompt e cientistas de dados, que constroem as ferramentas que estão transformando o mundo jurídico.

Por fim, a todos os leitores que, ao adquirirem esta obra, investem em seu próprio desenvolvimento profissional e contribuem para a evolução da advocacia brasileira.

Prefácio

A inteligência artificial generativa chegou à advocacia brasileira e veio para ficar. Não se trata de uma onda passageira ou de uma moda tecnológica — trata-se de uma transformação estrutural comparável, em impacto, à chegada do processo eletrônico ou à promulgação do Código de Processo Civil de 2015.

No entanto, como em toda revolução, há luzes e sombras. A IA pode multiplicar a produtividade e a precisão do advogado, mas também pode expô-lo a riscos graves — como já demonstraram os casos de advogados multados por apresentarem peças com jurisprudência falsa gerada por IA, ou as tentativas de manipulação de sistemas judiciais via "prompt injection".

Este manual nasce da constatação de que o advogado brasileiro precisa de um guia prático, seguro e tecnicamente preciso para navegar nesse novo mundo. Não um tratado filosófico sobre o futuro do Direito, mas um livro de operações — com prompts prontos, técnicas validadas e alertas concretos sobre o que pode dar errado.

César Augusto Liagi, com sua formação interdisciplinar em economia, contabilidade, direito, administração, psicanálise, auditoria e ciências da computação, oferece ao leitor uma visão única e integrada do fenômeno. Sua experiência prática em administração pública e iniciativa privada confere ao texto um realismo e uma aplicabilidade que poucos autores conseguem alcançar.

Mais do que um manual técnico, esta obra é um convite à reflexão sobre o papel do advogado na era da inteligência artificial. Um convite para que o profissional do Direito abrace a tecnologia como aliada, sem jamais abdicar de sua responsabilidade, de sua ética e de sua insubstituível capacidade de análise crítica.

Que este livro seja uma bússola segura para todos os que desejam navegar com sucesso nas águas — por vezes turbulentas — da advocacia aumentada.

Boa leitura.

Sumário

PARTE I

Fundamentos e Preparação

CAPÍTULO 1

A Revolução da IA na Advocacia Brasileira 27

1.1 O Panorama da IA Generativa no Direito 27

1.2 Ferramentas Disponíveis no Mercado 28

1.3 O que a IA Faz Bem e o que Faz Mal no Direito 28

1.4 Estatísticas de Produtividade e Economia de Tempo 29

CAPÍTULO 2

Riscos e Limites — O Que Você Precisa Saber Antes de Começar 31

2.1 O Caso do STJ e a Prompt Injection 31

2.2 A Multa de R$ 84 mil no TRT8 31

2.3 Resolução 615/2025 do CNJ sobre IA no Judiciário 32

2.4 Recomendação 001/2024 da OAB sobre IA na Prática Jurídica 32

2.5 Limites Éticos e Responsabilidade Profissional 33

2.6 Boa-fé Processual e o Uso de IA (art. 77 do CPC) 33

CAPÍTULO 3

Infraestrutura e Preparação do Escritório 35

3.1 Escolhendo a Ferramenta de IA Certa para Seu Escritório 35

3.2 Configurando Contas e Privacidade 36

3.3 Organizando um “Banco de Prompts” Pessoal 37

3.4 Templates e Estruturação de Conhecimento 38

PARTE II

A Arte do Prompt Jurídico

CAPÍTULO 4
Fundamentos de Engenharia de Prompt para Advogados 41
4.1 O que é um Prompt e Como Ele Funciona 41
4.2 Os Cinco Elementos de um Prompt Jurídico Perfeito 41
4.3 Técnicas Avançadas 43

CAPÍTULO 5
Prompts Essenciais para o Dia a Dia 45
Seção A — Prompts para Petição Inicial 45
Seção B — Prompts para Recursos 51
Seção C — Prompts para Direito do Trabalho 57
Seção D — Prompts para Direito Penal 59

CAPÍTULO 6
Como Adaptar Prompts para Diferentes Ferramentas 63
ChatGPT (OpenAI) 63
Claude (Anthropic) 64
Gemini (Google) 64
Ferramentas Jurídicas Especializadas 64

PARTE III

Prompts Prontos por Área do Direito

CAPÍTULO 7
Direito Processual Civil — A Coleção Completa 69
7.1 Petição Inicial — Modelo Detalhado 69
7.2 Tutela de Urgência 71
7.3 Contestação com Arguição de Preliminares 72
7.4 Impugnação ao Valor da Causa 74

CAPÍTULO 8
Direito Penal e Processual Penal 77
8.1 Resposta à Acusação — Versão Avançada 77
8.2 Habeas Corpus com Pedido Liminar 79
8.3 Apelação Criminal 80

CAPÍTULO 9
Direito do Trabalho 83
9.1 Petição Inicial Trabalhista com Pedidos Detalhados 83
9.2 Recurso Ordinário ao TRT 85

CAPÍTULO 10
Direito Constitucional e Ações Especiais 87
10.1 Mandado de Segurança 87
10.2 Ação Popular 88

PARTE IV

Técnicas Avançadas e Automação

CAPÍTULO 11
Como Usar IA em Processos Complexos 93
11.1 Mineração de Processos Assistida por LLMs 93
11.2 Estratégias para Petições com Muitos Precedentes 94
11.3 Como Fazer a IA Analisar Grandes Volumes de Documentos 94

CAPÍTULO 12
Revisão e Validação — O Filtro Humano Essencial 95
12.1 Checklist de Revisão para Petições Geradas por IA 95
12.2 Pontos Críticos que a IA Sempre Erra 96
12.3 Como Verificar Citações Legais e Jurisprudenciais 97
12.4 O Papel do Advogado como “Guardião da Qualidade” 97

CAPÍTULO 13
Construindo Seu Banco de Prompts Personalizado 99
13.1 Como Documentar e Organizar Seus Prompts 99
13.2 Criando Prompts para Seu Nicho de Atuação 100
13.3 Iteração e Melhoria Contínua 100

CAPÍTULO 14
O Futuro da IA na Advocacia 101
14.1 Tendências para os Próximos Anos 101
14.2 O Papel do Advogado na Era da IA 101
14.3 Como se Manter Atualizado 102

PARTE V

Anexos Práticos

ANEXO A
Glossário de Termos Técnicos 105

ANEXO B
Tabela de Prompts Rápidos por Situação 107

ANEXO C
Modelo de Política Interna para Uso de IA 109
Política de Uso de Inteligência Artificial - Escritório [Nome] 109

ANEXO D
Checklist Ético para Uso de IA 111

ANEXO E
Referências e Fontes Recomendadas 113
Livros Recomendados 113
Normas e Resoluções 113
Portais e Fontes 114

CONCLUSÃO 115

SOBRE O AUTOR 117

COMPLEMENTOS AOS CAPÍTULOS 5 A 14

COMPLEMENTO AO CAPÍTULO 5
5.1 Prompts Essenciais para o Dia a Dia 121

COMPLEMENTO AO CAPÍTULO 6
6.1 Como Adaptar Prompts para Diferentes Ferramentas 129
6.2 Ferramentas Jurídicas Especializadas — Guia Detalhado 129

COMPLEMENTO AO CAPÍTULO 7
Direito Processual Civil — Mais Prompts 131

COMPLEMENTO AO CAPÍTULO 8
Direito Penal e Processual Penal — Mais Prompts 137

COMPLEMENTO AO CAPÍTULO 9
Direito do Trabalho — Mais Prompts 145

COMPLEMENTO AO CAPÍTULO 10
Direito Constitucional e Ações Especiais — Mais Prompts 151

COMPLEMENTO AO CAPÍTULO 11
11.1 Como Usar IA em Processos Complexos 157

COMPLEMENTO AO CAPÍTULO 12
Revisão e Validação — O Filtro Humano Essencial 159
12.1 Guia de Verificação de Citações Passo a Passo 159
12.2 O Papel do Advogado como "Guardião da Qualidade" — Guia Detalhado 160

COMPLEMENTO AO CAPÍTULO 13
13.1 Construindo Seu Banco de Prompts Personalizado 163
13.2 Guia de Criação de Prompts Personalizados 164

COMPLEMENTO AO CAPÍTULO 14
O Futuro da IA na Advocacia 165
14.1 O Conselho Nacional de Justiça e a IA 165
14.2 O Projeto de Lei da IA no Brasil 165
14.3 A Advocacia no Futuro 166

ANEXOS COMPLEMENTARES

ANEXO F
Modelo de Termo de Uso de IA com Cliente 169
TERMO DE CIÊNCIA E AUTORIZAÇÃO PARA USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL 169

ANEXO G
Modelo de Relatório de Uso de IA — Para Controle Interno 171
RELATÓRIO DE USO DE IA — ESCRITÓRIO [NOME] 171

ANEXO H
Resumo dos Pontos Principais do Livro 173
10 Mandamentos do Prompt Jurídico: 173

MENSAGEM FINAL DO AUTOR 175

Introdução

> **A inteligência artificial não substituirá o jurista, mas o jurista que a dominar superará inevitavelmente aquele que não o faz.**

Esta frase, que ecoa nos principais manuais sobre o tema, resume o momento histórico em que vivemos. Em 2025 e 2026, o Direito brasileiro experimenta uma transformação comparável à chegada do processo eletrônico ou à promulgação do Código de Processo Civil de 2015 — mas com uma diferença crucial: a velocidade da mudança é exponencialmente maior.

O sistema de Justiça brasileiro já incorpora a inteligência artificial em múltiplas frentes. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou a Resolução 615/2025, estabelecendo diretrizes para o uso de IA no Poder Judiciário. A Recomendação 001/2024 da OAB orienta a advocacia sobre os limites éticos do uso dessas ferramentas. Juízes, desembargadores e ministros utilizam sistemas de IA para auxiliar na análise de processos, e os advogados que não dominam essas tecnologias ficam em desvantagem competitiva.

Mas há um alerta: casos concretos já demonstraram os riscos. Advogados foram multados em R$ 84 mil no TRT da 8ª Região por utilizarem peças processuais geradas por IA com jurisprudência falsa — as chamadas "alucinações" dos modelos generativos. O Superior Tribunal de Justiça já enfrentou situações de *prompt injection* em que partes tentaram manipular sistemas de IA.

Este livro nasce para ser o **manual de operações** do advogado na era da IA generativa. Não se trata de um tratado filosófico sobre o futuro do Direito, nem de um livro de programação. É um guia prático, com prompts prontos para uso, técnicas validadas e alertas sobre o que pode dar errado.

O que você encontrará aqui:

- **Prompts testados** para petições, recursos e manifestações processuais em todas as áreas;
- **Técnicas de engenharia de prompt** adaptadas à realidade jurídica brasileira;
- **Alertas concretos** sobre riscos éticos, processuais e disciplinares;
- **Checklists de revisão** para garantir que a peça gerada por IA atenda aos requisitos legais;
- **Cases reais** — o que deu certo e o que deu errado para outros advogados.

O método proposto é simples: a IA faz o trabalho pesado de redação, organização de argumentos e pesquisa jurisprudencial preliminar; o advogado exerce seu papel insubstituível de **crítica, validação, adaptação estratégica e assinatura** da peça.

Boa leitura. E boa jornada na advocacia aumentada.

PARTE I

Fundamentos e Preparação

CAPÍTULO 1

A Revolução da IA na Advocacia Brasileira

1.1 O Panorama da IA Generativa no Direito

A inteligência artificial generativa (IA-GEN) representa um salto qualitativo em relação aos sistemas anteriores de automação jurídica. Enquanto ferramentas como Victor (do STF) e Athena (do CNJ) atuam na classificação e triagem de processos, os grandes modelos de linguagem (LLMs) como ChatGPT, Claude e Gemini são capazes de **produzir textos jurídicos coerentes, fundamentados e com estrutura lógica**.

Esses modelos funcionam com base em redes neurais treinadas em volumes gigantescos de texto — incluindo legislação, jurisprudência, doutrina e milhares de petições. Quando recebem um **prompt** (instrução), eles geram respostas predizendo a sequência mais provável de palavras, o que, na prática, resulta em textos que simulam o raciocínio jurídico humano.

É fundamental compreender: a IA não **pensa** nem **compreende** o Direito como um advogado. Ela **simula** a produção textual de um profissional com base em padrões estatísticos. Essa distinção é a chave para usar a ferramenta com segurança — e o que diferencia um bom usuário de um profissional que coloca sua carreira em risco.

1.2 Ferramentas Disponíveis no Mercado

No momento da publicação deste livro (2026), o mercado brasileiro conta com diversas opções:

Ferramenta	Principais Características	Melhor Uso
ChatGPT (OpenAI)	Modelos GPT-4 e GPT-5; acesso via web e API; boa capacidade de raciocínio jurídico	Petições iniciais, pesquisas, análise de documentos
Claude (Anthropic)	Excelente para análise de documentos longos; janela de contexto de até 200k tokens	Contratos complexos, processos com muitos volumes
Gemini (Google)	Integração com Google Workspace; acesso a informações em tempo real	Pesquisas combinadas com e-mail e documentos
Ferramentas Jurídicas Nacionais	Sistemas especializados treinados com jurisprudência brasileira	Pesquisa jurisprudencial estratégica, análise de precedentes

A escolha da ferramenta deve considerar: volume de trabalho, tipo de atuação, orçamento do escritório e, principalmente, as políticas de privacidade — um aspecto crítico para a advocacia, tratado em detalhe no Capítulo 3.

1.3 O que a IA Faz Bem e o que Faz Mal no Direito

Compreender as fortalezas e limitações da IA generativa é a primeira lição de segurança para o advogado.

O que a IA faz bem:

- ☑ **Estruturação lógica de petições**: organiza fatos, fundamentos e pedidos de forma coerente;
- ☑ **Redação de textos jurídicos formais**: produz linguagem técnica adequada;
- ☑ **Pesquisa preliminar**: identifica dispositivos legais e súmulas potencialmente aplicáveis;
- ☑ **Análise de padrões**: compara situações fáticas com jurisprudência;
- ☑ **Versões iniciais**: gera rascunhos que o advogado pode revisar e refinar;
- ☑ **Resumos de processos**: sintetiza decisões longas em pontos principais.

O que a IA faz mal (e pode ser perigoso):

- ✗ **Criação de jurisprudência**: "alucina" precedentes inexistentes;
- ✗ **Citação precisa de fontes**: inventa números de processos e ementas;
- ✗ **Interpretação de leis complexas**: não compreende o significado, apenas padrões textuais;
- ✗ **Atualização automática**: não sabe se uma lei foi revogada ou se um precedente foi superado;
- ✗ **Contexto processual concreto**: não conhece as peculiaridades de um caso;
- ✗ **Estratégia processual**: não substitui o julgamento humano sobre a melhor linha argumentativa.

O manual da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) enfatiza que o uso de IA-GEN exige "interpretação crítica das respostas geradas para garantir a justiça e correção das decisões tomadas com base nelas".

1.4 Estatísticas de Produtividade e Economia de Tempo

Embora ainda incipientes no Brasil, pesquisas internacionais indicam ganhos de produtividade de 40% a 60% em tarefas de redação jurídica com o uso adequado de IA generativa. Na prática brasileira, advogados que dominam a engenharia de prompts relatam:

- Redução de 70% do tempo gasto em primeira versão de petições;
- Diminuição de 50% do tempo de pesquisa jurisprudencial ;
- Aumento de 30% na capacidade de atendimento de novos casos.

O **Manual de Engenharia de Prompts no Direito**, da Revista dos Tribunais, destaca que "a obra é o guia mais completo do mercado, que visa equipar os profissionais jurídicos com o conhecimento e as habilidades necessárias para elaborar prompts em conformidade com os mais altos padrões éticos".

CAPÍTULO 2

Riscos e Limites — o Que Você Precisa Saber Antes de Começar

2.1 O Caso do STJ e a *Prompt Injection*

O Superior Tribunal de Justiça tornou-se palco de um caso emblemático sobre os riscos do uso de IA no processo judicial. Em uma ação envolvendo tecnologia, partes tentaram utilizar técnicas de ***prompt injection*** — instruções inseridas em documentos com o objetivo de manipular a resposta dos sistemas de IA utilizados pelo tribunal.

O caso expôs a vulnerabilidade dos sistemas de IA a interferências externas e gerou um alerta em todo o Judiciário. A lição para o advogado: **a boa-fé processual (art. 77 do CPC) aplica-se também à interação com sistemas de IA**. Tentar manipular algoritmos ou introduzir instruções ocultas para influenciar decisões judiciais pode configurar litigância de má-fé.

2.2 A Multa de R$ 84 mil no TRT8

O caso mais comentado na comunidade jurídica brasileira envolveu a multa aplicada a advogados que apresentaram peças processuais geradas por IA contendo **jurisprudência falsa** no Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região. Os advogados foram

penalizados em R$ 84 mil por utilizarem decisões e precedentes que simplesmente não existiam — as chamadas "alucinações" do modelo de IA utilizado.

Este caso é uma advertência severa: **o advogado é o responsável final por tudo o que apresenta nos autos**. A IA é uma ferramenta de auxílio, não uma justificativa para a ausência de diligência profissional. A OAB já se manifestou no sentido de que o uso de IA não exime o advogado de verificar a veracidade e precisão do conteúdo gerado.

2.3 Resolução 615/2025 do CNJ sobre IA no Judiciário

O Conselho Nacional de Justiça publicou a Resolução 615/2025, que estabelece diretrizes para o uso de inteligência artificial no Poder Judiciário brasileiro. A resolução tem como pilares:

- **Transparência**: os sistemas de IA utilizados devem ser identificáveis e auditáveis;
- **Segurança**: proteção de dados e prevenção de vieses;
- **Supervisão humana**: decisões judiciais não podem ser integralmente automatizadas;
- **Governança**: estruturação de comitês de IA nos tribunais.

Para o advogado, essa resolução significa que os sistemas de IA utilizados pelos tribunais podem ser questionados quanto à transparência e imparcialidade — mas também que o Judiciário está cada vez mais aberto ao uso da tecnologia, desde que observados os limites éticos.

2.4 Recomendação 001/2024 da OAB sobre IA na Prática Jurídica

A Ordem dos Advogados do Brasil publicou a Recomendação 001/2024, orientando os advogados sobre o uso da inteligência artificial generativa no exercício profissional. As principais diretrizes são:

1. **Responsabilidade profissional**: o advogado responde integralmente pelas peças produzidas, ainda que com auxílio de IA;

2. **Dever de verificação**: é obrigatória a checagem de fatos, citações legais e jurisprudenciais;
3. **Confidencialidade**: dados de clientes não podem ser inseridos em plataformas de IA sem garantias de privacidade;
4. **Informação ao cliente**: quando relevante, o cliente deve ser informado sobre o uso de IA na condução do caso;
5. **Capacitação**: o advogado deve buscar se qualificar para o uso adequado da tecnologia.

2.5 Limites Éticos e Responsabilidade Profissional

O uso de IA na advocacia levanta questões éticas fundamentais:

A IA não pratica ato privativo de advogado. O advogado é a pessoa que subscreve a petição, assume a responsabilidade e representa o cliente. A IA é uma ferramenta, como um processador de texto ou um sistema de pesquisa jurídica.

O sigilo profissional é absoluto. O advogado não pode inserir informações confidenciais de clientes em plataformas de IA que não ofereçam garantias robustas de privacidade — especialmente se os dados forem utilizados para treinamento dos modelos.

A publicidade deve ser ética. Não se pode anunciar "advocacia com IA" de forma que sugira menor custo ou qualidade, ou que crie expectativas irreais sobre os resultados.

O **Manual de Inteligência Artificial no Direito Brasileiro** destaca a importância da «ética e a IA nos tribunais: princípios éticos e sistemas judiciais», incluindo «precaução, proteção de dados e cibernética» como elementos essenciais da prática profissional.

2.6 Boa-fé Processual e o Uso de IA (art. 77 do CPC)

O artigo 77 do Código de Processo Civil estabelece o dever das partes e de seus advogados de "agir com lealdade e boa-fé" no processo. Como se aplica esse dever ao uso de IA?

- Não se pode utilizar IA para criar documentos falsos ou alterar provas;
- Não se pode ocultar o uso de IA quando isso for relevante para a compreensão do conteúdo;
- Não se pode apresentar jurisprudência ou legislação que não tenha sido verificada;
- A IA não pode substituir a assinatura, a responsabilidade ou o juramento do advogado.

CAPÍTULO 3

Infraestrutura e Preparação do Escritório

3.1 Escolhendo a Ferramenta de IA Certa para Seu Escritório

A escolha da ferramenta de IA deve considerar cinco fatores:

1. Volume e tipo de trabalho:

- Pequeno volume, peças variadas → ferramentas gerais como ChatGPT ou Claude;
- Grande volume, trabalho repetitivo → ferramentas especializadas com integração API;
- Contratos e análise documental → Claude (janela de contexto maior).

2. Política de privacidade:

- Jamais utilize ferramentas gratuitas para dados de clientes sem verificar a política de uso;
- Dê preferência a planos pagos com cláusulas de não utilização de dados para treinamento;
- Considere soluções com certificação LGPD.

3. Idioma e precisão jurídica brasileira:

- Ferramentas internacionais têm desempenho inferior em Direito brasileiro;
- Utilize prompts específicos e referências explícitas ao ordenamento jurídico brasileiro.

4. Integração com ferramentas existentes:

- Compatibilidade com processadores de texto (Word, Google Docs);
- Possibilidade de exportação para sistemas processuais (PJe, Projudi).

5. Custo-benefício:

- Planos pagos: ChatGPT Plus (US20/ mês), ClaudePro (US20/ mês), *ClaudePro*(*US* 20/mês), Gemini Advanced (US$ 20/mês);
- Ferramentas jurídicas nacionais: variam de *R$200 a R$* 1.000/mês.

3.2 Configurando Contas e Privacidade

Passo a passo para configuração segura:

1. **Crie uma conta institucional**: utilize e-mail do escritório, não pessoal;
2. **Ative autenticação de dois fatores** em todas as plataformas;
3. **Revise as configurações de privacidade**:

- Desative a opção de uso de seus dados para treinamento;
- Verifique o prazo de retenção de conversas;
- Ative a criptografia de ponta a ponta, se disponível.

4. **Configure contas separadas para áreas sensíveis**: penal, trabalhista, cível — o contexto de cada área influencia os resultados;
5. **Mantenha atualizados**: as ferramentas evoluem constantemente.

3.3 Organizando um "Banco de Prompts" Pessoal

O profissional que utiliza IA com regularidade precisa de um sistema de organização. Sugerimos uma estrutura baseada em três níveis:

Nível 1 — Prompts Base: os prompts fundamentais por área do Direito (os prompts deste livro);

Nível 2 — Prompts Personalizados: adaptações para o nicho específico do escritório (ex.: Direito Bancário, Direito de Família, Direito Previdenciário);

Nível 3 — Prompts de Caso: prompts específicos para um processo concreto, com dados do caso inseridos.

Ferramentas para gestão de prompts:

- Planilha organizada por categoria;
- Documento do Google com templates copiáveis;
- Sistemas especializados de gerenciamento de prompts;
- Caderno físico para anotações e melhorias contínuas.